

Civilização Material, História e Preservação em Afonso Arinos

Luciano dos Santos Teixeira *

RESUMO

A Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nos seus primeiros números, apresentava a proposta de consolidação de um novo espaço institucional e intelectual - a preservação do patrimônio cultural brasileiro - que demandava novas abordagens, adequadas aos novos objetos eleitos pelos que se dispunham a pensar e atuar na preservação desses bens culturais. A ideia de uma história da civilização material, apresentada em um curso ministrado por Afonso Arinos de Melo Franco aos técnicos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), em 1941, pode ser um eixo interpretativo útil para se compreender as concepções de História e de patrimônio que informaram a criação das primeiras políticas preservacionistas no Brasil. Tentaremos investigar as implicações do(s) uso(s) da noção de civilização material nesse curso, o qual teria um grande impacto nas práticas de preservação desenvolvidas naquele momento.

Palavras-chaves: Civilização – História - Preservação

ABSTRACT

The *National Historic and Artistic Heritage Review* featured in its early years the purpose of establishing the new institutional and intellectual field of the preservation of Brazilian cultural heritage. Thus new approaches were required to deal with the kind of objects defined then as heritage by those who were responsible for the policy of the preservation of cultural properties. The idea of history of material civilization put forth by Afonso Arinos de Melo Franco in a series of lessons taught to SPHAN technicians in 1941 may be an insightful perspective to understand the concepts of History and heritage implied in the State policy of cultural heritage preservation in Brazil. This essay aims at analyzing the consequences of the use of material civilization as a concept both in Afonso Arinos's lessons and in the actual heritage preservation policies.

Key-words: Civilization – History – Preservation

O curso proferido por Afonso Arinos de Melo Franco em 1941, nas dependências do *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* (SPHAN), voltado para a formação de seus técnicos, foi encomendado ao autor diretamente por seu primo, Rodrigo de Melo Franco de Andrade, à época, diretor do SPHAN. De suas aulas resultou o livro *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil* (Melo Franco, 2005), editado na série *Publicações do SPHAN*, em 1944, e que se tornou obra chave para a compreensão das bases teóricas e metodológicas que subsidiaram a ação inicial do Serviço. Na apresentação que escreve para esse livro, Rodrigo de Melo Franco Andrade explicou da seguinte maneira os motivos que deram origem à obra:

* Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio e técnico em História pela Coordenação-geral de Pesquisa e Documentação do IPHAN.

Por motivo da precedência conferida pelos historiadores aos fenômenos políticos e sociais, ficou, sem dúvida, prejudicado o esclarecimento das ocorrências de ordem material na formação e no desenvolvimento do Brasil. Daí a iniciativa do curso, atendendo-se a que as referidas ocorrências e o seu encadeamento constituem dados capitais para a elaboração da história da arte em nosso país (Melo Franco, op.cit., p. 3).

Chuva (op.cit.), reconhecendo a importância do conceito de civilização material na formulação de um discurso sobre o patrimônio no Brasil, escreveu:

O viés da história parece ter sido, realmente, responsável pela unidade do periódico, pois o conjunto dos trabalhos apresentava, irremediavelmente, um cunho histórico, ainda que o universo das práticas profissionais dos autores da *Revista* tenha sido bastante amplo. A maioria absoluta dos artigos concentrou-se, também, notadamente, nas artes e na arquitetura do Brasil colonial, eruditas e populares, além [de] aspectos etnográficos e socioambientais, dentre outros abordados periféricamente. Nesse sentido, pode-se considerar a *Revista* como um periódico especializado na “história da civilização material no Brasil”, temporalmente concentrada no período colonial português” (Ibid., p. 230).

No mesmo sentido, Fonseca (op.cit.) destaca a importância desse conceito para uma nova abordagem do passado brasileiro:

O conceito de civilização material, tal como o elaborou Afonso Arinos de Melo Franco em uma série de conferências preparada para os funcionários do SPHAN, em 1941 [*Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*], possibilitava uma leitura dos bens e conjuntos tombados a partir de sua relação com o processo histórico de ocupação das diferentes regiões brasileiras (Ibid., p. 107).

Pensar a noção de civilização material como chave para o entendimento da história na *Revista* implica reportarmo-nos à gênese desse conceito no curso ministrado por Afonso Arinos, partindo da hipótese de que ele carrega em si uma série de conteúdos configuradores de um novo espaço de conhecimento que se buscava criar com o periódico e com outras publicações editadas então pelo SPHAN. Nosso objetivo é testar essa hipótese para buscarmos um aprofundamento da noção de história subjacente ao projeto editorial da *Revista*, tentando articular pontes entre os usos e apropriações do conceito de *civilização material* naquele momento decisivo de constituição do campo do patrimônio no Brasil.

Na criação da *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, em 1938, podemos identificar a preocupação em se construir um campo específico de conhecimento, apontada pela historiadora Márcia Chuva como “uma das ações eficientemente adotadas visando a uma dada forma de *proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*” (Chuva, 1998, p. 205), ressaltando também seu papel articulador do debate não somente sobre esse patrimônio determinado e constituído no próprio âmbito do SPHAN, mas sobre a história da civilização e da cultura material no Brasil. Santos (1996), por sua vez, ao analisar o SPHAN como um todo, suas conferências, cursos, publicações e a própria ação institucional, sugere a

existência de uma “Academia SPHAN”, por causa da “institucionalização de um lugar de fala” que identificou no processo de consolidação do Serviço, a qual permitia “a emergência de uma formação discursiva específica, cuja dinâmica simbólica é dada pela permanente tematização do significado das categorias de histórico, de passado, de estético, de nacional, de exemplar, tendo como eixo articulador a ideia de patrimônio.” (Ibid., p. 77)

Fonseca (2005), por sua vez, sugere a constituição de uma dada autoridade, exercida pelos intelectuais que formaram inicialmente o Serviço do Patrimônio, baseada, por um lado, na autoridade do Estado, ao qual cabia, naquele momento, em pleno Estado Novo, “o papel de intérprete e guardião dos valores culturais da nação” (Ibid., p. 110). Por outro lado, essa autoridade estava constituída no próprio compromisso que esses atores assumiam com “as exigências do rigor e da autenticidade”, “com sua atuação com a *verdade*” (Ibid., p. 109) na leitura que faziam da civilização material desenvolvida no Brasil, a partir do conceito elaborado por Afonso Arinos de Melo Franco, o qual será mais detidamente analisado abaixo.

Já Rubino (1996) atribui ao SPHAN a própria definição do campo do patrimônio, assim como aquilo que nele caberia. Para a autora, o Serviço iniciara seu trabalho baseado em categorias “vagas e imprecisas”– “vinculação a fatos memoráveis”, “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Ibid., p. 98), como exposto no Decreto-lei 25/37 – e somente por meio do mapeamento de sua ação de preservação era possível entender o significado atribuído a tais categorias. Rubino, porém, estende o processo de preservação a “toda a história que o bem atravessa antes e após ser inscrito em um livro de tombo”, incluindo, assim, “inventário, inscrição, restauro, monumentalização, museus etc”. A nosso ver, devem-se incluir também nesse processo de preservação os estudos publicados na *Revista*, não somente por causa da frequente coincidência entre os bens descritos e analisados em suas páginas e aqueles tombados pelo Serviço, constituindo, dessa forma, parte dos estudos que comporiam “a história que o bem atravessa”, mas também devido às “preocupações historiográficas e diferenças de ótica daqueles de algum modo ligados à instituição” (Ibid., p. 99), preocupações essas que estavam presentes em textos da *Revista*.

Nosso argumento baseia-se exatamente na importância da constituição desse campo de conhecimento e da utilização da noção de civilização material para a própria ação institucional e para a preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, principalmente nessa primeira fase da *Revista*.

Retomando a ideia de *operação histórica* de Certeau, identificamos o conceito de civilização material como elemento chave no discurso histórico presente nesses primeiros números da *Revista*. Para tanto, devemos observá-lo no contexto maior das transformações

que o campo intelectual brasileiro vinha sofrendo nas décadas de 1930 e 1940. Tomaremos como eixo de análise a obra de Santos e Madeira (2000), que permite delinear um panorama geral sobre esse período.

Santos e Madeira (2005) descrevem esse período como de predomínio do *Movimento Modernista*, compreendendo-o como um corte radical na tradição de *se pensar e escrever* o Brasil. Abrangendo autores tão diversos esteticamente e politicamente quanto Mario de Andrade e Oswald de Andrade, por um lado, Cassiano Ricardo e Mennotti Del Picchia, por outro, o modernismo representaria, mais que simples proposta de renovação estética, uma “abertura de possibilidades para a cultura brasileira”:

Naquele momento, que abarca dos últimos anos da década de 1920 a 1940, emerge – nos campos da estética, da política e da ciência – um expressivo e ousado acervo de obras que indicam dois caminhos paralelos e simultâneos: um, experimental, busca romper com os códigos de representação e de sensibilidade vigentes; o outro propõe uma reinterpretação criativa e crítica do passado e das tradições brasileiras. Pela primeira vez em nossa história, os intelectuais e artistas assumiram uma atitude positiva diante da diversidade étnica, das contradições e da riqueza cultural, afirmando a força da cultura mestiça que aqui se constituiu. (Ibid, p. 89)

Nesse contexto, os modernistas teriam operado “um dos deslocamentos mais significativos” ao promover a “substituição do conceito de *raça* pelo de *cultura*, para pensar sobre a nação brasileira” (Ibid., p. 91). Substituição entendida como mudança de ênfase, mais do que troca de categorias explicativas, na medida em que termos como *mestiçagem* e *miscigenação* carregam em si um viés tanto biológico quanto cultural. Tal deslocamento teria propiciado, portanto, uma valorização dos diversos elementos componentes de nossa cultura, tanto das práticas populares quanto das eruditas, em busca dos “traços originais e singulares, capazes de representar a nação brasileira” (Ibid., p. 91).

Imbuídos da missão de esboçarem novos *retratos do Brasil*, esses intelectuais realizaram diversas viagens ao interior do país, registrando e documentando um outro Brasil, revelando-o.¹ Vale ressaltar o paralelo entre essas viagens e aquelas realizadas pelos viajantes europeus, principalmente no século XIX, e que tanto serviram de fonte e inspiração para os modernistas e mesmo para vários autores da *Revista*. O olhar etnográfico tão valorizado nas descrições que muitos deles nos deixaram torna-se o paradigma de um olhar modernista, que observa de fora, como estrangeiro, inventariando e catalogando como cientista, reinterpretando, como missionário, o nosso passado.

Se, como afirma Reis (2006), toda concepção de história implica uma certa representação do tempo, podemos dizer que a história concebida nesse primeiro momento do SPHAN implicou uma representação *especializada* do tempo. Especialização entendida aqui

como materialização de um passado histórico comum: o passado nacional, presentificado nos seus inúmeros vestígios materiais – edifícios, sítios, cidades-monumento, fortes etc. Podemos situar a *Revista* e o setor de publicações organizado pelo SPHAN entre as iniciativas que integravam um programa articulado de definição de fronteiras: *fronteiras institucionais*, dentro do quadro geral do Ministério da Educação e Saúde Pública, na gestão Capanema; *fronteiras disciplinares*, na delimitação de um saber em construção, apoiado em diversos ramos do conhecimento, mas sem se confundir com nenhum deles; e, por fim, *fronteiras geográficas*, inscrevendo monumentos e vestígios em todas as regiões do país, concretizando a monumentalização do espaço físico da nação pela consagração de seus lugares de memória coletiva.

Partindo-se dessas noções, tentaremos demonstrar que o livro de Afonso Arinos significou um esforço original de se encontrar solução para algumas das principais questões postas pela adoção da idéia de preservação do patrimônio, no contexto brasileiro: que civilização está representada nos monumentos-documentos da nação? Qual passado nacional teríamos a resgatar? Esforço que deixaria marcas profundas na maneira pela qual a *Revista* foi planejada e executada.

A obra de Afonso Arinos pode ser entendida como uma contribuição para a demarcação das fronteiras apontadas acima, a partir de um novo ângulo de abordagem, mais próxima da história social, conforme as perspectivas atuais da disciplina, de sensibilidade antropológica, atenta à diversidade cultural. Mas, para isso, era necessário recorrer a uma nova abordagem que inspirasse esse novo olhar sobre a história e a cultura brasileira, para além dos lugares-comuns sobre a formação nacional. Nesse sentido, a noção de *civilização material* iria se impor como aquela mais capaz de dar conta da complexidade e originalidade do desafio.

Comentando as origens dessa noção na obra de Afonso Arinos, Carvalho (2005) argumenta que ela se deriva de uma obra anterior – *Conceito de Civilização Brasileira* (1936) – do próprio autor, onde a questão da civilização é explicitamente abordada. Nesse livro, a noção de *civilização* adotada, distinguindo-se de sua similar, *cultura*, remontaria a autores alemães, como o filósofo Oswald Spengler e os antropólogos Leo Frobenius e A. L. Kroeber, com os quais o autor estaria familiarizado. Conforme demonstra Carvalho,

... para ele [Afonso Arinos], cultura teria a ver com valores, consciência coletiva, ciência, religião, etc. Seria o domínio subjetivo do mundo. Civilização, por outro lado, seria um produto da cultura, suas manifestações aparentes, materializadas em objetos práticos. Civilização seria o domínio objetivo do mundo pela técnica. Em suas próprias palavras, inspiradas em Spengler, '(...) a civilização é a cultura realizada pela técnica' (op.cit, p. 14).

O mesmo autor afirma ainda que, para Afonso Arinos, no Brasil, haveria várias culturas – africana, indígena, européia –, mas somente uma civilização: a européia. É preciso, porém, relativizar esse juízo. Carvalho toma a obra *Conceito de Civilização Brasileira* como expressão de uma concepção de cultura e civilização que permaneceria no livro *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Se concordamos com o autor quando este afirma que a noção de civilização como “controle da natureza pela técnica” forneceu a base conceitual para o curso do SPHAN (Ibid., p.14), devemos salientar que a idéia de uma única civilização – a civilização européia - influenciando na constituição da civilização brasileira foi, em 1941, nuançada com a aceitação de “civilizações tão distintas: a européia, a africana e a indígena” (Ibid, p. 12), além de outras referências significativas como a respeito dos “tupis em estado puro de sua civilização ...” ou da “civilização material dos negros” (Ibid. , p. 19), numa referência aos estudos de Artur Ramos sobre a questão do negro do Brasil.

É verdade que Afonso Arinos, fiel ao esquema evolucionista que supõe a Europa como estágio culminante do progresso da humanidade, assevera, ao final do primeiro capítulo, que:

O desenvolvimento da nossa civilização material é de base portuguesa, entendida no seu complexo luso-afro-asiático. A contribuição negra e índia, muito notável na elaboração do psiquismo nacional, é pouco importante na nossa civilização material, não somente por ter sido absorvida no choque com um meio muito mais evoluído mas também porque as condições de sujeição em que viviam as raças negra e vermelha não permitiam a expansão plena das suas respectivas formas de cultura. Por isto mesmo, os elementos negros e índios, presentes na nossa civilização material, salvo um ou outro mais notáveis, são de difícil identificação (Melo Franco, 2005, p. 24).

Conclusão muito próxima a que chegaram outros intérpretes do Brasil de grande influência na época, como Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1936). Porém, ao refletir mais demoradamente sobre a contribuição das civilizações formadoras de nossa cultura, o próprio autor destaca a dificuldade em identificar a “pureza” de qualquer uma dessas contribuições, alegando mesmo a impossibilidade de se caracterizar o português como um tipo cultural único, pois já estaria marcado pela miscigenação antes do processo colonial na América, com a presença de negros africanos e sobretudo de judeus, em sua formação étnica.

A título de hipótese, podemos aventar que a oscilação semântica do termo *civilização* no livro de Afonso Arinos não é, pois, fruto simplesmente de alguma imprecisão conceitual, mas reflexo de mudanças mais profundas na representação da história tal como expressa nessa obra. Mudanças que, de certa forma, excediam ou conflitavam com o vocabulário adotado pelos intelectuais da época, colocando em xeque visões mais cristalizadas sobre o Brasil, seu passado e sua cultura.

Burke (1997), tratando da importância da obra de Gilberto Freyre para a historiografia contemporânea,² salienta o pioneirismo do uso da noção de *civilização material* em *Casa Grande e Senzala* (1933), antecedendo em trinta anos a obra de Fernand Braudel, *Civilização Material e Capitalismo* (1967), e toda uma discussão desencadeada a partir desta obra. Na obra de Afonso Arinos, a influência de Gilberto Freyre é assumida explicitamente, servindo como referência para a discussão dos novos temas que precisavam ser apresentados e que não encontravam guarida na historiografia predominante à época: moradias, edificações civis, militares e religiosas, entre outros, mais afeitos à arte e à história da arquitetura. Evidentemente, alguns aspectos dessas temáticas não eram inéditos, estando presentes na obra de outros historiadores brasileiros, desde Capistrano de Abreu, com *Capítulos de História Colonial* (1907) e *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil* (1930). A originalidade do livro de Afonso Arinos, porém, estava em sua concepção: um *programa de trabalho*, uma proposta de revisão da história do Brasil, incorporando elementos de outras áreas – antropologia, história da arte –, de modo a contribuir na construção do novo espaço institucional que o SPHAN propugnava. Programa cujo desdobramento deveria ser realizado pela *Revista*, concretizando pesquisas e estudos já rascunhados na obra de Afonso Arinos. Este, definindo-se como um *intérprete do Brasil*, e não propriamente como um historiador, forneceu os elementos mais substanciais para o delineamento de uma visão de história a partir da perspectiva do SPHAN.

Apontaremos a seguir tão somente alguns aspectos sugeridos pela leitura dos primeiros números da *Revista*, nos quais a preocupação programática de se construir o novo campo do patrimônio histórico e artístico nacional era mais evidente. Esperamos que elas suscitem novas pesquisas e debates sobre o tema, inclusive a respeito do recorte cronológico aqui proposto.

Em primeiro lugar, percebemos a demarcação dos objetos da preservação patrimonial: a preocupação em se mapear uma enorme gama de manifestações do que constituiria nossa civilização material – desde os azulejos até a habitação dos índios timbira, das fontes e chafarizes do Rio de Janeiro até o estudo das origens da cidade de Sabará, identificando-se os vestígios da *civilização material*.

Identificamos, como segundo ponto, a definição dos métodos pelos quais se pretendia provar a relevância histórica e artística desses objetos, ou seja, a pertinência dos valores artísticos e históricos desses para a formação da nação, assim como a necessidade de se preservá-los. A questão dos procedimentos científicos envolvia a repetição de um certo número de protocolos de verdade considerados capazes de garantir a autenticidade e

originalidade do recorte patrimonial e por meio dos quais seus pares se reconheciam enquanto uma *comunidade de sentido*. Nesse aspecto, destacamos o uso de procedimentos tradicionalmente atribuídos aos historiadores, tal como descrito acima. Temos, por exemplo, o amplo uso de fontes documentais: documentos inéditos, transcrição documental como argumento de autoridade etc; a preocupação com a verdade histórica e artística: as lacunas do conhecimento preenchidas pelas fontes; o caráter narrativo e descritivo dos textos; o recurso aos instrumentos de erudição e seriedade acadêmica: bibliografia, notas, índices.

Por fim, a temporalidade constitutiva destes objetos, todos cronologicamente concentrados no passado colonial (Chuva, op.cit.; Rubino, op.cit.). Nesse sentido, às três fronteiras assinaladas acima, alia-se um quarto tipo, mais sutil: a fronteira *temporal*. O tempo do patrimônio, então delimitado, é o tempo das fundações histórico-culturais do país, o tempo da colônia, *origem e destino* de nossa singularidade nacional.³

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Apresentação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 1, Rio de Janeiro, 1937.

BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a Nova História. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP* São Paulo, 9(2), 1997.

CARVALHO, José Murilo de. Prefácio. In: MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 3ª. ed., 2005.

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In LE GOFF, J.; NORA, P. (dirs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*. Tese (Doutorado em História), 1998, Universidade Federal Fluminense. Niterói.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2005.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2005.

MORAES, Eduardo Jardim de. *A brasilidade modernista: sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

_____. O modernismo revisitado. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº. 2, 1998.

REIS, José Carlos. Civilização brasileira e pessimismo ultraconservador (cínico). in *As*

Identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2006.

RUBINO, Silvana. O mapa do Brasil passado. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Mariza Veloso. Nasce a Academia SPHAN. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 24, Rio de Janeiro, 1997.

_____; MADEIRA, Maria Angélica. *Leituras Brasileiras*. Itinerários no pensamento social e na literatura. 2ª. ed revista, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

VENANCIO FILHO, Alberto. A historiografia republicana: a contribuição de Afonso Arinos. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 6, 1990.

¹ “A idéia de revelação foi recorrente entre intelectuais e artistas modernistas. Mário de Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Afonso Arinos e Alcides da Rocha Miranda, ao se referirem às pesquisas e viagens que fizeram às cidades históricas, com muita frequência qualificam suas descobertas como *revelação*, isto é, um momento de arrebatamento proporcionado pelo contato com a arte colonial-barroca” (SANTOS e MADEIRA, op.cit., p. 102).

² Burke enfatiza a influência de franceses como o sociólogo Durkheim, George Sorel e o historiador Jules Michelet, destacando a importância da *New History* norte-americana, de autores como Harry Elmer Barnes, Charles Beard e James H. Robinson, para a formação da concepção de história social de Freyre, além da reconhecida influência do antropólogo Franz Boas. (BURKE, op.cit.)

³ “Um aspecto que distingue o Modernismo brasileiro das vanguardas internacionais do início do século, e que merece ser salientado, é sua interpretação positivadora da idéia de *passado histórico* e de *tradição*. Essas categorias passam a ser extremamente valorizadas, por representarem um caminho aberto à renovação do presente e do futuro” (SANTOS e MADEIRA, op. cit., p. 94).